

A ATIVIDADE PESQUEIRA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CARAVELAS - BAHIA

Priscila Monteiro Barbosa Vieira¹
Anderson Viana Santos²
Bruna Gonçalves Leite³
Vanessa Santana Santos⁴
Juzenilda Gomes Figuerêdo⁵

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil e apresenta uma significativa importância econômica, histórica, social e cultural. Este trabalho teve como objetivo descrever a atividade pesqueira no município de Caravelas-BA, destacando o uso e as formas de apropriação dos recursos faunísticos pelos pescadores, além de analisar a importância socioeconômica desta atividade para o município. Foram entrevistados trinta e cinco pescadores, através de questionários semiestruturados, e os dados coletados foram analisados quantitativamente através de cálculos de frequência e porcentagem. A pesca no município de Caravelas é totalmente artesanal e de pequena escala, sendo de grande importância para a vida dos pescadores da cidade, pois a maioria deles tem nesta atividade sua única fonte de renda, contudo a pesca vem sofrendo algumas alterações em nível de quantidade devido aos impactos ambientais internos e externos à atividade. A educação ambiental como estratégia de mitigação destes impactos é um caminho para a sustentabilidade da pesca.

Palavras chave: Pesca; Pescado; Caravelas.

INTRODUÇÃO

O município

As informações a respeito da formação histórica de Caravelas até a década de 1960 foram extraídas da Monografia Histórica de Caravelas escrita pelo professor Benedito Freire Ralille, e concluídas por seu filho Carlos Benedito de Souza e sua neta Scheilla Franca de Souza em 2005 e publicado em 2006.

O município de Caravelas localiza-se no sul do estado da Bahia, aproximadamente 870 km da capital baiana, Salvador, e 280 km de Porto Seguro, a uma latitude de 17°43'55" sul e longitude 39°15'57" oeste, estando a uma altitude de 10 metros, banhado pelo rio de mesmo nome, ocupando uma área de 2.393,442 Km², tendo uma população de 21.414 habitantes (IBGE, 2010). Sua vasta área territorial está inserida no bioma Mata Atlântica,

¹ Bacharel em Turismo pela Faculdade do Sul da Bahia - FASB e graduanda em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB DEDC X. priscilamby@gmail.com

² Graduando em Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB DEDC X.

³ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB DEDC X.

⁴ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas na Universidade do Estado da Bahia - UNEB DEDC X.

⁵ Mestre em Geologia pela Universidade Federal da Bahia/ Orientadora do artigo e docente na Universidade do Estado da Bahia – UNEB DEDC X

apresentando formações vegetais de florestas ombrófilas, de tabuleiro e de mussununga, além de manguezais, brejos e restingas.

O município apresenta unidades de conservação, entre as principais pode-se citar o Parque Nacional Marinho de Abrolhos com 68.880 hectares e a Reserva Extrativista Cassurubá com 100.687 hectares, ambos de bioma costeiro marinho. O Arquipélago de Abrolhos é formado por cinco ilhas (Santa Bárbara, Siriba, Redonda Sueste e Guarita) e seu complexo recifal, o maior do Oceano Atlântico Sul Ocidental, possui uma significativa diversidade de espécies endêmicas como, por exemplo, o coral-cérebro da espécie *Mussismilia braziliensis*.

De acordo com Ralile (2006) a história de Caravelas teve início com a própria história do Brasil, sendo documentada nas cartas de Américo Vespúcio e através de descrições da localidade, a Corte Portuguesa envia várias expedições a fim de explorar e colonizar o território. Uma destas expedições comandada por Américo Vespúcio costeia o litoral e em três de novembro de 1503 aporta à nau a 18° de latitude Sul, local onde atualmente está localizado o porto de Caravelas.

Durante o período em que, o Brasil esteve dividido em Capitanias Hereditárias Caravelas pertenceu à capitania de Porto Seguro, doada a Pero de Campos Tourinho, através de Carta Régia datada de 1534. Assim como aconteceu em outras capitanias, a de Porto Seguro também não obteve êxito, e em 1559 foi vendida a D. João de Lencastre (Ralile 2006). As informações históricas registram que a localidade passou por sucessivos povoamentos e despovoamentos, sendo somente em 1610 povoada definitivamente apresentando um acentuado progresso comercial, sendo considerada a maior produtora de café da Província da Bahia, além das produções de cacau e mandioca, a pesca foi uma das atividades mais produtivas e lucrativas dessa época com a comercialização do surubim, garoupa, cação e principalmente baleias jubartes da espécie *Megaptera novaengliae* (Ralile 2006).

Em 1700, o povoado foi elevado à categoria de vila, denominada Vila de Santo Antônio do Rio das Caravelas. Decorridos 154 anos, Caravelas alcançou o título de Constitucional Cidade de Caravelas, pela Lei n.º 521, de 23 de abril de 1855, assinada por João Maurício Wanderley, 1.º Ministro do Império. (Ralile, 2006).

A pesca

De acordo com a Lei nº 11.959 de 29/06/2009 em seu Art. 2º, I - recursos pesqueiros: são os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração; III - pesca: toda operação,

ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros (BRASIL, 2009b).

No Brasil, ao longo de toda sua costa, um grande número de pessoas desenvolve a pesca artesanal, e dela tiram seu sustento ou tem nesta atividade sua única fonte de renda. De acordo com Diegues:

A categoria de pescador artesanal é comumente empregada para designar os pescadores que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, utilizando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia, entre outras características que diferem estes pescadores daqueles conhecidos como embarcados de empresas pesqueiras (DIEGUES, 1983 *apud* CARDOSO, 2009).

A pesca artesanal é bastante diversificada, pois depende do tipo de manancial que o pescador atua (mar, estuário, lago, rio, mangue, etc.), assim como dos utensílios utilizados (anzol, espinhel, rede, tarrafa, armadilhas, curral ou outro) e do tipo de recurso pesqueiro que se deseja capturar (peixes, mariscos, crustáceos, etc.). Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural, adquirindo conhecimentos que favorecem na captura, manejo e utilização dos recursos faunísticos e, no desenvolvimento da atividade.

Em Caravelas-BA, a pesca artesanal é a mais expressiva sendo passada de geração a geração e uma das principais atividades empregatícias do município, pois além de homens exercendo o cargo de pescador, uma parcela considerável de mulheres exerce a função de marisqueiras. Os pescadores que desenvolvem esta atividade atuam desde a produção dos aparelhos de captura até a fabricação de embarcações Freitas afirma que:

Em Caravelas, a frota é caracterizada por embarcações de pequeno porte, de tamanho entre 5,5 e 16m de comprimento, com concentração de desembarque em barcos das classes 6,1 e 9,0m. Todas as embarcações amostradas possuem casco de madeira, outro fator que confere caráter artesanal as pescarias (FREITAS, 2009)

A atividade pesqueira do município consiste basicamente da pesca de arrasto de fundo, da pesca com rede de emalhe e da pesca com linha. A pesca de arrasto tem como objetivo a captura de camarões, em especial nessa região, o sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), o branco (*Litopenaeus schmitti*), e o rosa (*Farfantepenaeus spp*). Através da rede de emalhe e linha é possível capturar espécies como sarda (*Scomber scombrus*), guaiuba (*Ocyurus chrysurus*), dentão (*Lutjanus jocu*), ariocó (*Lutjanus synagris*), entre outros.

A atividade pesqueira realizada no município de Caravelas apresenta um processo de trabalho organizado dentro da unidade familiar ou grupos circunvizinhos, com técnicas rudimentares e instrumentos de baixo custo, sendo estes em sua maioria produzidos na própria

comunidade, que segundo a descrição de Diegues citada anteriormente, caracteriza a pesca artesanal.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu nos meses de julho a novembro de 2011, por meio de observação e aplicação de um questionário semiestruturado e entrevistas com 35 pescadores do município.

O questionário foi estruturado em três partes: a primeira visava coletar dados gerais de identificação do pescador; a segunda teve o intuito de adquirir informações sobre a atividade pesqueira do município, desde a pesca ao destino do pescado; e por último destacar as questões ambientais relacionadas à pesca.

As entrevistas foram realizadas informalmente a fim de flexibilizar a coleta de informações, tanto por parte do entrevistado como também do entrevistador, já que este poderia incluir questionamentos não previstos inicialmente. A análise dos dados foi feita através de tabelas e gráficos, especificando a frequência dos fatos e respectivos percentuais.

RESULTADOS

O perfil sócio-econômico dos pescadores

A pesca no município de Caravelas é desenvolvida em sua maioria por homens, tendo uma pequena parcela de mulheres atuantes na atividade. Dos 35 pescadores entrevistados, todos do sexo masculino, a idade variou de 23 a 69 anos, sendo que 37% encontravam-se na faixa de 30-39 anos e 34% entre 40-49 anos (Figura 1). A análise dos resultados comprovou que atividade pesqueira é desenvolvida por diferentes gerações, principalmente em uma mesma família em que os conhecimentos tradicionais são transmitidos.

Dos 35 entrevistados, 77% informaram participar de associações voltadas aos pescadores (Figura 2). Na sede do município, a APESCA - Associação dos Pescadores de Caravelas conta com a participação de 20 associados. A Colônia de Pescadores Z-25 localizada no distrito de Ponta de Areia apóia os pescadores tanto deste distrito, como também da Barra tendo cerca de 2.000 pescadores associados, entre homens e mulheres, sendo 600 mulheres.

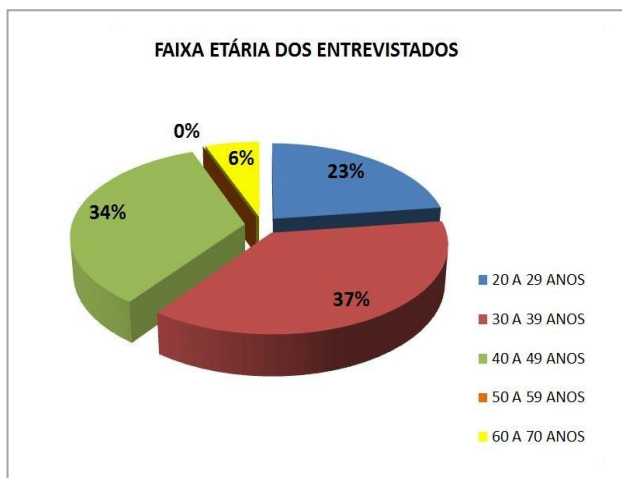


FIGURA 1: Distribuição de frequência relativa da idade dos pescadores artesanais do município de Caravelas-BA.



FIGURA 2: Participação da Associação dos Pescadores do município de Caravelas-BA.

O nível de escolaridade dos pescadores entrevistados mostrou-se bastante heterogêneo, variando desde aqueles que não tiveram acesso à escola aos que concluíram o Ensino Médio. Mais da metade dos entrevistados não chegaram a concluir o Ensino Fundamental, representando 65% do total, apenas 3% concluíram o Ensino Médio, no entanto 14% não possuem instrução escolar (Figura 3).

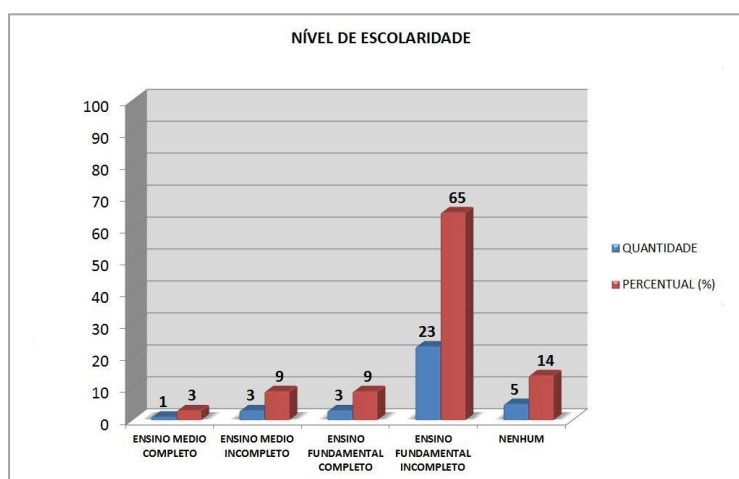


FIGURA 3: Distribuição da frequência de escolaridade dos pescadores entrevistados do município de Caravelas-BA.

Atividade Pesqueira

Dada à importância da atividade como fonte de renda, e a diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis, 52% dos pescadores realizam a atividade de pesca 3-4 dias por semana e 14% informaram pescar todos os dias (Figura 4), sendo que 83% deles realizam esta

atividade pela manhã retornando ao entardecer e 14% informaram passar a noite em alto-mar (Figura 5). A totalidade de entrevistas demonstrou que os pescadores dessa região têm essa atividade como fonte exclusiva de renda. A maioria dos pescadores entrevistados atua nessa profissão há aproximadamente 11-20 anos e todos disseram que conseguem suprir as necessidades básicas da família através da pesca (Figura 6).



FIGURA 4: Distribuição de frequência em relação a quantidade de dias em que os pescadores realizam a pesca semanalmente.

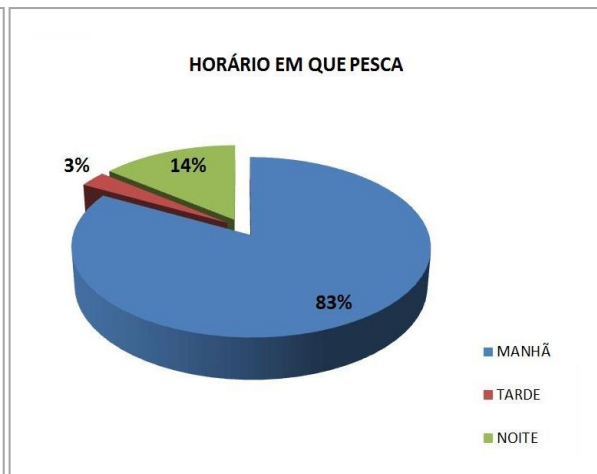


FIGURA 5: Distribuição da frequência do período do dia em que os pescadores realizam a atividade pesqueira.

Em relação à sazonalidade, os pescadores atuam predominantemente nas redondezas do município, e 86% dos entrevistados informaram a necessidade de mudança do local pesqueiro (Figura 7), devido à diminuição da quantidade de pescado e a seu tamanho. Entre os municípios para o qual se deslocam, os mais citados foram Alcobaça, Prado, Mucuri, Nova Viçosa e Porto Seguro.



FIGURA 6: Distribuição de frequência em relação ao tempo de profissão na atividade pesqueira.

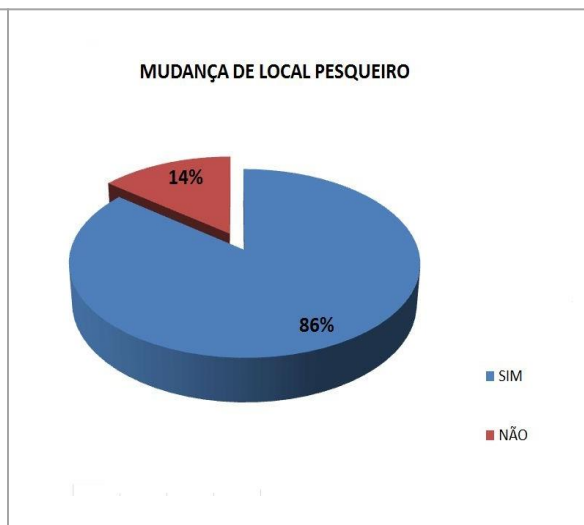


FIGURA 7: Mudança de localidade para efetivação da pesca.

A pesca pode ser classificada de acordo com os utensílios utilizados. No caso da pesca artesanal realizada em Caravelas, os principais apetrechos são rede de arrasto, linha, rede de caçoeira, espinhel e arpão. Na pesquisa realizada cada pescador respondeu duas opções, e 91% dos pescadores disseram utilizar em primeira opção a rede de arrasto, que tem primariamente como alvo a captura de camarões. Entre as demais opções, as mais utilizadas foram a linha e o arpão, cada qual representando 54% e 29% respectivamente (Figura 8).

As redes utilizadas no município são em sua maioria confeccionadas pelos próprios pescadores ou por suas esposas. O tamanho da rede varia de 8 a 15 metros de comprimento e suas malhas são geralmente de 20mm, podendo ser encontradas malhas menores (18mm) como também maiores (35mm), utilizadas na pesca de arraia.

Dos 35 pescadores, 54% possuíam embarcações próprias e 29% utilizam embarcações emprestadas (Figura 9). Os barcos, geralmente caracterizados como embarcações de pequeno e médio porte, são fabricados com madeira e possuem comprimentos variando de 6 a 15 metros.

O pescado de maior importância para a região é o camarão (Figura 10), principalmente o camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), comercializado tanto pelos pescadores como pelos frigoríferos locais. Quando comercializado de forma direta, os pescadores o revendem tanto com casca (repassado a R\$2,00 o quilo) como também filetado, e neste caso, eles contam com o apoio das marisqueiras que fazem a limpeza do camarão, e filetam em média de 12 a 20 quilos de camarão/dia, recebendo em torno de R\$1,20 por quilo. O produto já beneficiado adquire valor comercial e é vendido por R\$12,00 quando comercializado de forma direta, e R\$15,00 quando comercializado pelos frigoríficos.

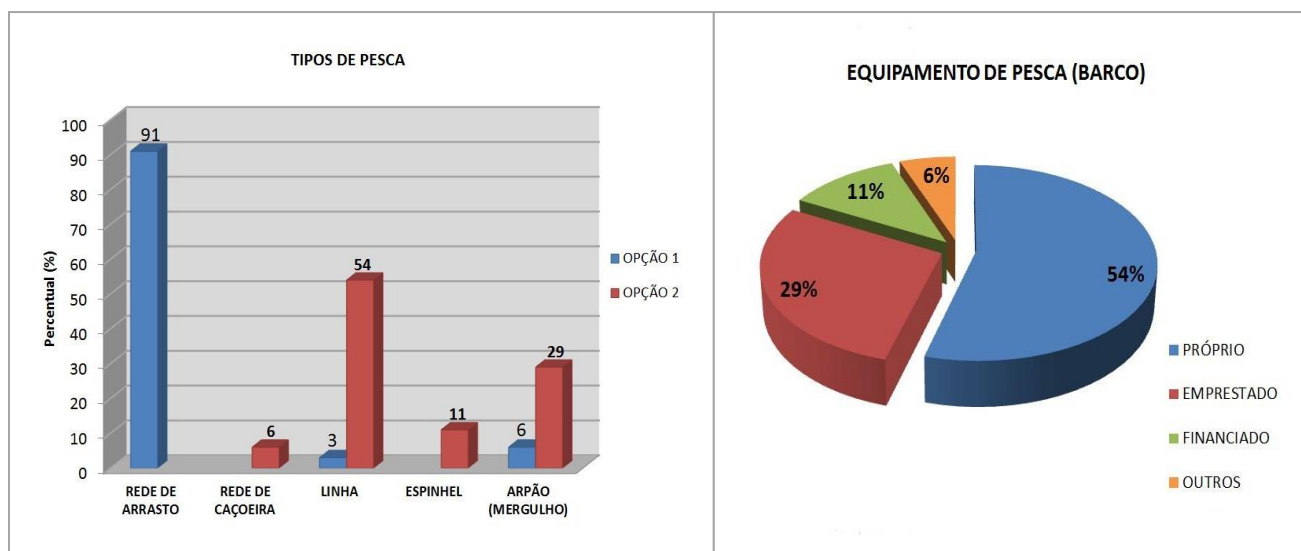


FIGURA 8: Tipos de pesca, de acordo com o utensílio utilizado.

FIGURA 9: Equipamento de pesca, especificamente a embarcação.

O armazenamento do pescado é feito pelo próprio pescador, que de modo geral, acondiciona o pescado em recipientes com gelo, como confirma a pesquisa com um percentual de 66% e 28% dos entrevistados informaram utilizar câmara fria (Figura 11).

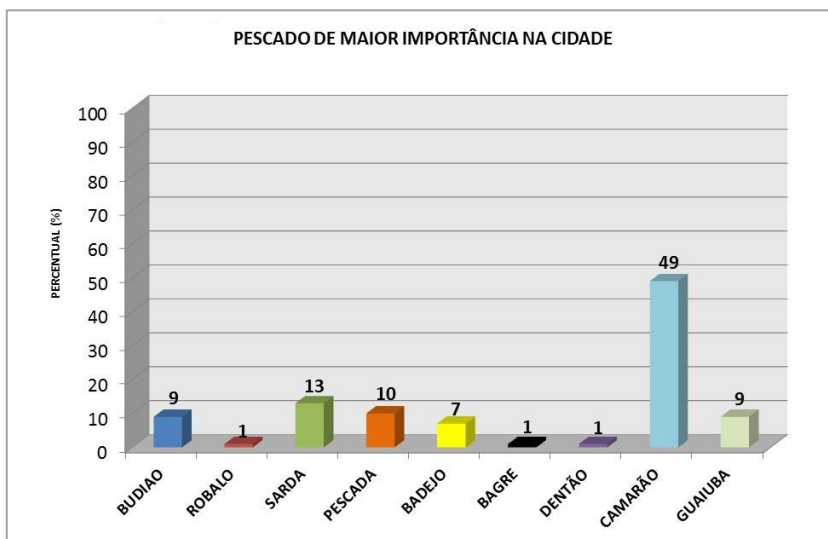


FIGURA 10: Principais pescados comercializados no município de Caravelas-BA.

Sobre o defeso, ou seja, o período em que as atividades de caça, coleta e pescas ficam vetadas ou controladas pelos órgãos ambientais, por representar a temporada de reprodução das espécies, 94% dos pescadores entrevistados disseram terem conhecimento da época do defeso (Figura 12), em especial ao defeso do camarão.

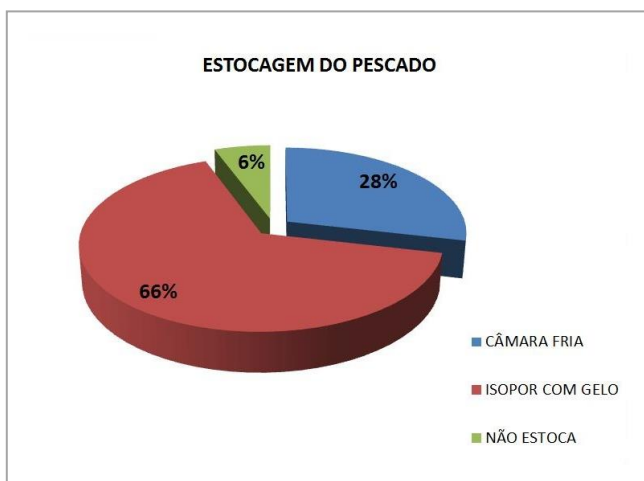


FIGURA 11: Estocagem dos recursos pesqueiros.



FIGURA 12: Defeso

Neste período é comum, os pescadores receberem uma contribuição do governo, o Seguro Desemprego, que é destinado ao pescador artesanal. Este benefício tem como finalidade suprir as necessidades básicas dos pescadores no período em que estão impossibilitados de exercerem a pesca. Na comunidade de pescadores caravelenses, 77% dos entrevistados informaram receberem o seguro (Figura 13) e 84% dos pescadores respondeu desenvolverem outras atividades neste período (Figura 14), a fim de complementar a renda.

Entre as atividades desenvolvidas, a pesca de outras espécies com linha tem maior destaque, ressaltando também trabalhos manuais como a construção de barcos, além de atividades ligadas ao comércio, ajudantes de construção, pintor, entre outras que não exigem formação escolar.

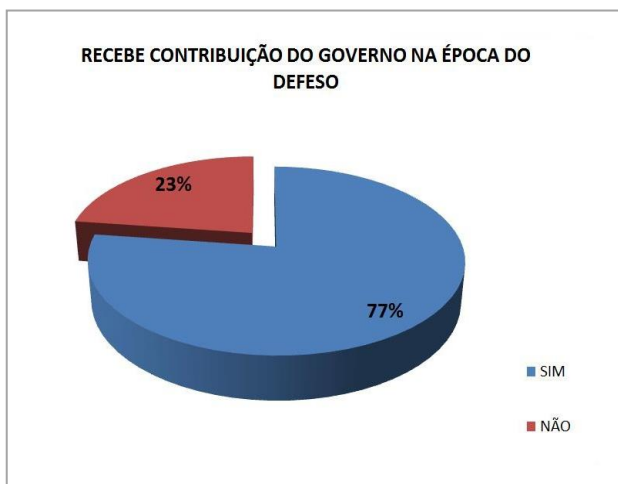


FIGURA 13: Seguro desemprego na época do defeso.



FIGURA 14: Atividades desenvolvidas na época do defeso.

Conhecimento ecológico

O manguezal é considerado o criadouro natural e abrigo de diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos sendo fundamental para a procriação e o crescimento dos filhotes de vários animais. Deste modo, este ecossistema é de grande importância para a sustentabilidade da atividade pesqueira. Sobre este ecossistema foi questionado aos pescadores se reconheciam sua importância para a manutenção do equilíbrio ecológico, 54% dos entrevistados (Figura 15) afirmaram que sim, porém ficou bastante perceptível ao entrevistador que apesar da maioria ter consciência, eles não sabiam argumentar tal importância.

Outro questionamento feito aos pescadores, diz respeito a Reserva Extrativista Cassurubá, dentre os entrevistados, apenas 42% (Figura 16) tem conhecimento sobre a importância dessa unidade de conservação para a preservação dos recursos faunísticos, e os 57% dos entrevistados que negaram esta relevância alegam que a criação da Resex somente favorece aos moradores ribeirinhos.



FIGURA 15: Importância do manguezal.

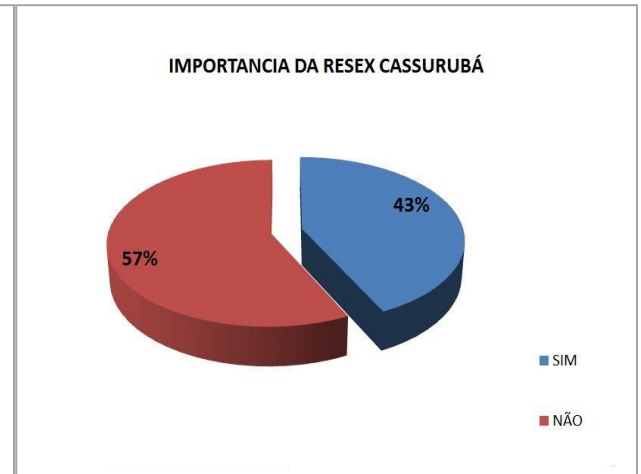


FIGURA 16: Importância da Resex Cassurubá.

DISCUSSÃO

Segundo Freitas Netto et al (2009), durante a década de 80 houve uma estabilidade na produção mundial de pescado, onde a mesma no oceano Atlântico ocupava a segunda posição, entretanto a partir da década de 90 a produção de pescado sofreu um acentuado decréscimo nas águas do Atlântico.

“A pesca vem sendo, há muito tempo, uma atividade responsável pelo sustento de grande parte da população mundial” (Marchesin & Rui, 1985 *in* Oliveira, 1988 *apud* Branco et al, 2006). Mesmo sendo uma atividade que desempenha considerado papel no reabastecimento local e nas demandas regionais, confirmada como uma das principais atividades da população litorânea, a pesca artesanal não possui incentivos notáveis no Brasil. (Cabral, 1997 *apud* Branco et al, 2006).

No Brasil, a atividade pesqueira está entre as quatro principais fontes geradoras de proteína animal para o consumo humano, participando com aproximadamente 0,4% do PIB em 2002 (IBGE, 2002 *apud* Santos, 2011). Estimativas recentes indicam que essa atividade é responsável pela geração de 800 mil empregos diretos (Valentini, 2005 *apud* Santos, 2011), entretanto, indicadores oficiais consideram como pouco expressiva no contexto socioeconômico do país.

Segundo Branco et al (2006), o camarão “Sete-Barbas” (*Xiphopenaeus kroyeri*) é a terceira espécie mais capturada apresentando importante relevância econômica e social. Santos (2011) considera que: “A pesca artesanal do camarão sete-barbas é denominada “pesca de sol a sol” e realizada em grande escala no litoral brasileiro, apresentando uma significativa importância econômica, histórica, social e cultural”. De acordo com a Organização das

Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2010), a captura de camarões vem diminuindo drasticamente, entretanto em 2008, ainda foram capturados mais de três milhões de toneladas (Santos, 2011).

Em Caravelas, litoral sul da Bahia, a frota pesqueira cresceu 16,5% entre os anos de 2004 e 2005. As embarcações dessa região atuam nas áreas adjacentes ao Banco de Abrolhos, empregando a pesca com linhas-de-mão e espinheis (Santos, 2005 *apud* Freitas Netto et al, 2009).

As precariedades em infraestrutura e materiais voltados para a atividade fazem com que os pescadores se tornem reféns dos atravessadores, subjugando a classe e impedindo-a de comercializar o seu próprio produto. Segundo Freitas (2009) outro grande problema voltado às comunidades pesqueiras é a sobrepesca -, retirada acima das quotas estabelecidas pelos órgãos ambientais para garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

Dias Neto e Dornelles afirma que:

“Esse problema (sobrepesca) junto com a destruição dos “habitats essenciais”, regiões que espécies marinhas utilizam em diferentes fases de seu desenvolvimento, completando seu ciclo de vida, estão levando ao declínio dos estoques pesqueiros em todo o país” (DIAS NETO & DORNELLES, 1996).

A sobrepesca indica uma queda gradativa da quantidade de pescado, posteriormente leva a uma preocupação de toda a comunidade pesqueira que depende da pesca, em especial, do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), (Branco et al, 2006). Segundo Burda (2007), no estado da Bahia a ausência da efetiva implantação do Programa de Gerenciamento Costeiro tem permitido o declínio estrutural das comunidades costeiras. Ainda alega que:

“No estado da Bahia, a ausência da efetiva implantação do Programa de Gerenciamento Costeiro tem gerado a degradação dos ambientes naturais, conflitos de atividades, ocupação desordenada e a descaracterização das comunidades litorâneas” (BURDA, 2007).

O mesmo assegura que a sobrexploração e utilização de práticas nocivas na pesca, a degradação dos mangues, ocupação desordenada na zona costeira e atividades de grande porte, como os barcos industriais ameaçam os recursos costeiros.

O governo usa da criação das Reservas Extrativistas (RESEX) com o objetivo de mitigar as ações antrópicas sobre os ambientes naturais e problemas relacionados à pesca (Burda, 2007). As Resex estão envolvidas diretamente na fiscalização na época de defeso (Burda, 2007), pois este permite a proteção das espécies em seus períodos de desova (Souza & Chaves, 2007). O defeso é definido como a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como

paralisação causada por fenômenos naturais ou acidentes, sendo fixado pelo IBAMA e assegurado pela Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1998 – Lei do Defeso (Maia, 2009).

As Reservas Extrativistas estão inseridas nas medidas de grande importância para a preservação dos direitos de uso dos recursos marinhos, também assegura a exploração sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis utilizados pela população tradicional ao longo de seu litoral (Di Ciommo, 2006 *apud* Bucci, 2009).

CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos, foi possível compreender que a atividade pesqueira na cidade de Caravelas participa como umas das principais fontes de subsistência da comunidade, mesmo havendo forte influência de intervenção turística nas altas temporadas, além de favorecer a economia do município, já que a maioria dos pescados é remanejada para várias cidades vizinhas da região.

A atividade pesqueira de Caravelas se dá de maneira artesanal com procedimentos rudimentares, fazendo com que a produção de pescado seja em pequena escala e, muitas vezes, ocasionadas pela carência de apoio governamental, além da falta de infraestrutura que tende a dificultar a produção pesqueira. Essa carência estrutural faz com que o pescado seja obrigado a ser comercializado com a ajuda de “atravessadores”, acabando por gerar um custo que influenciará no preço final repassado ao consumidor. Dentre os principais tipos de pescado destacam-se o camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), a sarda (*Scomber scombrus*) e o Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), sendo essas as espécies mais utilizadas na comunidade estudada, seja elas para consumo ou comercialização.

Outra questão importante levantada pela pesquisa foi a avaliação do nível de conhecimento dos pescadores a respeito da preservação do ecossistema e das unidades de conservação presentes no local. Apesar de reconhecerem a importância, os entrevistados não conseguem argumentar o porquê é preciso ter essa visão de conservação, fazendo-se compreender porque a comunidade nem sempre respeita e preserva o meio ambiente. Além do que, esses pescadores são cientes que as medidas de conservação lhe são impostas por lei, como por exemplo, o período de defeso que os impedem de executar atividade pesqueira na época da desova. Quanto às unidades de conservação, os pescadores se contrapõem muitas vezes a essas ONGs alegando não receber nenhum tipo de apoio. Com essa falta de interação entre as unidades de conservação e a comunidade pesqueira, criam-se barreiras para a socialização da importância dos ecossistemas marinhos e costeiros para a comunidade.

Contudo é possível observar que a educação ambiental poderia ser usada como estratégia para a sustentabilidade dos ecossistemas e concomitantemente da atividade pesqueira, a fim de que haja preservação do meio ambiente e interação entre a comunidade pesqueira e as entidades relacionadas com as unidades de conservação do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, J. O. et al. Aspectos sócio-econômicos da pesca artesanal do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na região de Penha, SC. In: BRANCO, Joaquim Olinto; MARENZI, Adriano W. C. (Org.). **Bases ecológicas para um desenvolvimento sustentável**: estudos de caso em Penha, SC. 291. Editora da UNIVALI, Itajaí, SC. p. 253-268.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto de 5 de junho de 2009**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Cassurubá, nos Municípios de Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa, no Estado da Bahia, e dá outras providências. Brasília, DF, 5 jun. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12058.htm> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. _____. **Lei n.º 9.985**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Lei nº 11.959**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 jun. 2009b. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm> Acesso em: 10 nov. 2011.

BUCCI, Thiago M. **Implementação da Reserva Extrativista Marinha Do Corumbau-Ba: relações de atores e processos de mudanças**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Mimeo, 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e Pesca: Apontamentos para a investigação. Depto. De Geociências/ CCNE/UFSM. Pós doutorando – Geografia – FCT – Unesp. **Revista Pegada**. vol. 10. n.2, 2009. Disponível em : < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA102/05eduardo1002.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum**. PROCAM/NUPAUB/USP, 2001.

DIAS NETO, J., DORNELLES, L.D. C. **Diagnóstico da pesca marítima do Brasil**. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, 20. Ibama, Brasília, 1996. 165p.

FREITAS, Matheus Oliveira. **Pesca artesanal e biologia reprodutiva do ariocó *Lutjanus synagris* (Lutjanidae) no Banco dos Abrolhos**. 2009. Dissertação (Pós-Graduação em Sistemas Aquáticos Tropicais) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2009. 126p.

FREITAS NETTO, Ricardo de. et al. Produção pesqueira no triênio 2003-2005 pela cooperativa de pesca de Vila Velha, Espírito Santo, sudeste do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca** (Revista Científica de Pesca, Aquicultura e Limnologia). São Paulo – SP, v. 35, n.4, p. 663 – 673, 2009. Disponível em: < ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/35_4_663-673.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. Município de Caravelas-BA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>> Acesso em: 12 nov. 2011.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social** / Manaus, AM : UFAM, 2009.

RALILE, B. P.; SOUZA, C. B. & SOUZA, S. F. **Relatos históricos de Caravelas**: (Desde o século XVI). Caravelas (BA): Fundação Professor Benedito Ralile, 2006. 191p.

SANTOS, L. R. **Biologia e distribuição espaço-temporal do camarão Sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri* Heller, 1862) no município de Penha-SC**. Trabalho (Graduação em Oceanografia) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, 2011.

SOUZA, LM & PT CHAVES. Atividade reprodutiva de peixes (Teleostei) e o defeso da pesca de arrasto no litoral norte de Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia** v. 24, n.4, p. 1113-1121, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbzoool/v24n4/31.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.